

**CONTRATO Nº 240/2018.**

Contrato de Locação de veículo que fazem entre si, de um lado o Município de General Câmara e de outro lado a Empresa Marcelo dos Santos Transportes – com respaldo na lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

O MUNICÍPIO DE GENERAL CAMARA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua David Canabarro, 120, CNPJ 88.117.726/0001-50, neste ato representada pelo **Sr. JOSÉ GERALDO DIENFENTHAELER DIAS**, VICE - Prefeito em Exercício no cargo de Prefeito Municipal. aqui denominado CONTRATANTE, e LICITANTE VENCEDOR **Marcelo dos Santos Transportes**, com sede na localidade de Boqueirão, CNPJ nº 21.481.560,0001-85 representada pelo Marcelo dos Santos, CPF 000715650 -27, aqui denominado CONTRATADA, tem entre si, certo e ajustado as cláusulas e condições a seguir estipulados:

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços de locação de veículo s/ motorista, Van de 15 (quinze) lugares de Placa IJS, transporte escolar para perfazer o seguinte roteiro.

- Saída às 6:00h, pegando alunos perto do Dico Dorneles e saindo em direção ao Boqueirão, atravessa os trilhos, vai até a capela São José no Boqueirão e desce pelo Moré, entra na fazenda Triwailer levando alunos para a EEEF Mathias. Busca mais alunos na casa da Janice, na porteira e segue novamente até a desativada Virgínio Nogueira Vaz, segue em direção à barca e retorna para a EMEF Mathias.

- Saída às 11:00h, pegando alunos do Ensino Médio na Boca da Picada e retornando para a EMEF Mathias.

- Saída às 11:30h, leva alunos da EMEF Mathias até a estrada do corredor do Lozardo e retorna para a EMEF Mathias, saindo da escola e passando pela fazenda Triwailer subindo pelo Moré até a capela São José no Boqueirão, pega alunos da EEEF Anita Moreira e da EMEF Trajano, vai em direção a Boca da Picada, entra no corredor do Lozardo e leva os alunos até a EMEF Mathias. Retorna na casa da Janice buscando a filha da mesma e vai até a escola desativada Virgínio Nogueira Vaz deixando um aluno e pegando outro do pré, retornando até a EMEF Mathias, entra no corredor do Vanderlei e vai até a casa da Daniela, buscando alunos e retornando para a EMEF Mathias.

Saída às 16:45h, vai até a EMEF Mathias levando alunos até a casa da Janice, vai até a escola desativada Virgínio Nogueira Vaz e retorna para a EMEF Mathias, pega alunos e leva até o Vanderli e Daniela, sobe em direção a Boca da Picada, no corredor do Lozardo indo até o Dico Dorneles largando alunos, segue até os trilhos na Estação Faifer para esperar o motorista Eder que transfere alunos do Ensino Médio e APAE, levando os mesmos de volta à suas casas. Encerra o roteiro por voltas das 13:30h.



2. DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 O preço para o presente é de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) por quilometro rodado, sendo 190 km perfazendo um valor total de R\$ 608,00 (seiscentos e oito reais) constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo Contratado, entendido este como preço justo e suficiente para a **total** execução do presente objeto.

2.2 O Pagamento para a empresa vencedora será efetuado de acordo com a solicitação dos serviços.

2.3 Serão processadas as retenções previdenciárias e de ISSQN conforme legislação vigente, se aplicável.

2.4 A despesa decorrente do objeto desta licitação deverá correr pela seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Educação ► : RUBRICA – 376,374,396,400,409,419,389,393,398,402

2.5 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela Contratada em nome de:

Prefeitura Municipal de General Câmara – RS

CNPJ: 88.117.726/0001-50

Rua David Canabarro, 120, Centro, General Câmara – RS CEP 95.820-000

2.6 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter em seu corpo o Nome do Banco, Agência e Conta Corrente na qual será realizado o depósito pela Prefeitura.

2.7 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme a demanda de alunos.

3. DOS PRAZOS

3.1 O prazo para início do serviço referido no objeto deste contrato fica de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação após a assinatura do Contrato.

4. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

4.1 A Contratante poderá alterar o contrato quando conveniente ao interesse público sempre atreves de Termo Aditivo, devendo ainda faze-lo na ocorrência dos seguintes eventos:

4.1.1 quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa dos serviços, nos limites da Lei 8666/93.

4.1.2 quando necessária a modificação da forma de pagamento.

4.1.3 para estabelecer novo equilíbrio financeiro inicialmente pactuado.

4.1.4 outras hipóteses previstas em lei.

5. DAS PENALIDADES



Ao fornecedor total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais:

A – Advertência;

B – multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, dependendo a gravidade da infração:

A multa referida no item acima, não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;

A multa aplicada após regular processo Administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato, se houver;

Sendo a multa em valor superior ao da garantia prestada, ou se não exigir garantias o contrato, esta será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

C – Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos; e,

D – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que lhe aplicou a penalidade.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1 Do Município

6.1.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.2 Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto desta licitação;

6.1.3 Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

6.1.4 Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

6.1.6 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

6.1.7 Fiscalizar através da Secretaria competente a execução do contrato, com o direito de impugnar tudo o que estiver em desacordo com estas instruções e a boa técnica de execução;

6.2 Da Contratada

6.2.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

6.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços;

6.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

6.2.5 Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e seus anexos;

6.2.6 Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital;

MARCO



6.2.7 Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

6.2.8 Ser responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

6.2.9 Respeitar e exigir que o seu pessoal observe e respeite a legislação sobre a segurança, higiene, medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, crachás, e quando necessário, os EPI's de segurança.

6.2.10 Deverá obrigatoriamente manter em dia o registro em Carteira de Trabalho (CTPS) dos seus empregados que executarão os serviços objeto dessa licitação.

6.2.11 Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade e observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidente do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços;

6.2.12 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

6.2.13 Submeter os veículos à vistorias técnicas determinadas pelo Município, além da autorização prevista no CTB;

6.2.13 Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

6.2.14 Adequar os veículos a serem utilizados no transporte de pacientes ;

6.2.15 Quando impossibilitada de execução do serviço contratado por defeito, sinistro ou manutenção preventiva no veículo, a contratada obriga-se a sua reposição imediatamente utilizando-se de outro veículo com as mesmas características constantes no edital e neste contrato, não recaindo nenhum custo sobre o Município e este sendo notificado no prazo de 24 horas do acontecimento, não podendo em hipótese alguma, interromper o serviço contratado;

6.2.18 Caso a empresa opte por pagamento parcelado da apólice de seguro, deverá ser apresentado mensalmente, junto com a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do pagamento mensal do seguro.

6.2.19 A Prefeitura se reserva do direito de alterar horários ;

6.2.20 O veículo utilizado pelo contratado deverá ser compatível com o número de alunos transportados.

7. DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

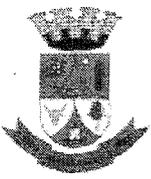
O CONTRATADO, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

8. DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do art. e com observância dos termos do art. 79 da lei nº 8.666/93.

Macedo

[Assinatura]



Em caso de rescisão administrativa, as multas previstas no ato convocatório, não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas (art. 55, inciso IX, 8.666/93)

O contrato poderá ser alterado na forma estabelecida nos incisos I e II do art. 65 da Lei 8.666/93.

9. DA CESSÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do MUNICÍPIO.

10. DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá a fiscalização do presente contrato através da Secretaria de Educação da Prefeitura, que relacionará todas as ocorrências pertinentes à execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e estipulado prazo para que sejam sanados

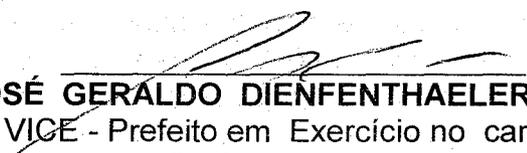
11. DISPOSIÇÕES GERAIS

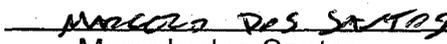
Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e edital desta licitação, o qual se encontra vinculado.

Fica eleito o Foro de General Câmara, para dirimir as dúvidas decorrentes deste contrato na via Judicial.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 vias de igual teor e forma.

General Câmara, 06 de setembro de 2018.


JOSÉ GERALDO DIENFENTHAELER DIAS,
 VICE - Prefeito em Exercício no cargo de
 Prefeito Municipal


 Marcelo dos Santos
 Empresa Vencedora